

# Supremo recebe propostas de alterações da Lei do Marco Temporal

O Supremo Tribunal Federal recebeu sete propostas de alteração da **Lei do Marco Temporal (Lei 14.701/2023)** para demarcação de terras indígenas. As sugestões de mudanças no texto foram feitas pelos participantes da comissão especial durante uma audiência de conciliação promovida nesta segunda-feira (10/2).

As propostas foram apresentadas pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai); pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); pela deputada federal Célia Xakriabá (PSOL), que representa a Câmara dos Deputados; e pelos seguintes partidos: Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Verde (PV), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Liberal (PL) e Partido Republicano (PR).

Os pontos de cada proposta foram discutidos na audiência, e cada participante pôde se inscrever para apresentar a sua contribuição ao debate.

Ainda nesta semana, o ministro Gilmar Mendes, relator das cinco ações sobre a lei, vai apresentar uma proposta de texto que reúna todos os pontos convergentes entre as sugestões feitas pelos integrantes da comissão.

Na próxima segunda-feira (17/2), os participantes devem se reunir para buscar consensos nos pontos de divergência e debater eventuais ajustes textuais na proposta final de alteração legislativa. Uma reunião extraordinária no dia 18 seguinte foi reservada para um esforço concentrado entre os participantes para avançar nos debates. *Com informações da assessoria de imprensa do STF.*

**Clique [aqui](#) para ler a ata da reunião**

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-fev-10/supremo-recebe-propostas-de-alteracoes-da-lei-do-marco-temporal-2/>

Rosinei Coutinho/STF



Supremo sediou reunião da comissão que discute a Lei do Marco Temporal